



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS AMAZÔNICOS - ROLIM DE MOURA

EMENTA DE DISCIPLINA

Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)
Nome do Programa: Agroecossistemas Amazônicos
Área de Avaliação: INTERDISCIPLINAR
Nome da Disciplina: Direito agroambiental
Código da Disciplina: PPGAA00007
Categoria: Optativa
Carga Horária: 45 Nº de Créditos: 3
Docentes: Maria Priscila Soares Berro
Ementa: A função social da terra compreendida na sua tríplice dimensão: sócio-econômica e ambiental - representa a sustentabilidade no ordenamento jurídico brasileiro regulamentador da propriedade da terra, das obrigações jurídicas derivadas do exercício das atividades agrárias. Essa sustentabilidade deve ser enfocada nos institutos jurídicos componentes da Política Agrícola e Fundiária; Direito agrário; Direito Ambiental e Direito indígena. A disciplina se estrutura em três módulos conceituais: Módulo 1. Direito Ambiental: I - Os Direitos Difusos. II - Noções do Processo Civil Coletivo. III - O Ambiente na legislação brasileira. IV - A Tutela administrativa do meio Ambiente. V - A Tutela civil do meio ambiente. VI - Objeto da tutela ambiental. Módulo 2. Direito Indígena: I – Introdução conceitual: o direito indígena consuetudinário; o direito indigenista; os novos direitos indígenas constitucionais. II – A legislação indigenista brasileira: a legislação indigenista antes da constituição de 1988; os novos direitos indígenas na Constituição de 1988; o Estatuto do Índio; Estatuto dos Povos Indígenas; a demarcação de terras indígenas. III – A legislação indigenista internacional. IV – O direito à autodeterminação dos povos indígenas; o direito à participação, à consulta e ao consentimento livre prévio e informado. Módulo 3. Direito Agrário: I - Introdução ao estudo do Direito

Agrário. II - Propriedade Territorial no Brasil e estrutura fundiária. III - Ocupação e colonização do território rondoniense. IV - Institutos jurídicos de Direito Agrário no Estatuto da Terra e legislação correlata. V - Contratos Agrários. VI - A Reforma Agrária. VII - Desenvolvimento rural e agronegócio.

Bibliografia: ANTUNES, Paulo de Bessa. Curso de Direito Ambiental. 8.ed.Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

ARAÚJO, Ana Valério. Povos indígenas e a lei dos “brancos”: o direito à diferença. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BARROSO, Lucas Abreu, MIRANDA, Alcir Gursen de, SOARES, Mário Lúcio Quintão (Orgs. eCol.). O direito agrário na constituição. 3.ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2013. BORGES, Antonio Moura. Curso Completo de Direito Agrário. Leme: CLEDIJUR, 2005.

FERREIRA, Pinto. Curso de Direito Agrário. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1995. FERRETO, Vilson. Contratos agrários: aspectos polêmicos. São Paulo: Saraiva, 2009.

FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin. A propriedade no direito ambiental. 4.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LANFREDI, Geraldo Ferreira. Política Ambiental: busca de efetividade de seus instrumentos. São Paulo: RT,2002.

MANIGLIA, Elisabete, & COSTA, Yvete Flávio da (Orgs.). Direito e políticas públicas de sustentabilidade. 2. ed. Ribeirão Preto: Legis Summa, 2012.

MARQUES, Benedito Ferreira. Direito Agrário brasileiro. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1992. QUEIROZ, João Eduardo Lopes et SANTOS, Márcia Walquiria Batista dos (Coords.). Direito do agronegócio. 2. ed. ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

SANTILLI, Juliana. Agrodiversidade e direitos dos agricultores. São Paulo: Peirópolis, 2009. SMANIO, Gianpaolo Poggio et BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins (Orgs.). O direito e as políticas públicas no Brasil. São Paulo: Atlas, 2013.

VERDUM, Ricardo. Povos indígenas: constituições e reformas políticas na América Latina. (Org.). Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2009.

VILLARES, Luiz Fernando. Direito e povos indígenas. Curitiba: Juruá, 2009

Periódicos científicos: ANNUAL REVIEW OF LAW AND SOCIAL SCIENCE; DIREITO, ESTADO E SOCIEDADE; ESPAÇO JURÍDICO; JUSTIÇA DO DIREITO (UPF); NOVOS ESTUDOS JURÍDICOS (ONLINE).



Documento assinado eletronicamente por **ELAINE ALMEIDA DELARMELELINDA, Coordenador(a)**, em 07/11/2022, às 20:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1156937** e o código CRC **0DEFF80E**.

Referência: Processo nº 23118.015212/2022-93